



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

Aut. Nº	86/15
P.L. Nº	124/15
Publ.:	16/10/15

LEI Nº 6.495 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.780, de 05 de julho de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PMSANS), e dá outras providências.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º – O art. 6º, art. 13, art. 14, ao caput do art. 18 e ao art. 19, da Lei nº 5.780, de 05 de julho de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PMSANS), e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º- As ações da PMSANS serão suportadas por dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal.” (NR)

“Art. 13- O Conselho Municipal de SANS é composto de 18 (dezoito) membros titulares e igual o número de suplentes, sendo 6 (seis) membros do poder público municipal e 12 (doze) da sociedade civil, a saber:

I- Representantes do Poder Público:

a)- um representante da Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social;

b)- um representante da Secretaria Municipal de Educação;

c)- um representante da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos;

d)- um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

e)- um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

f)- um representante do Fundo Social de Solidariedade-FUNSSOL;

II- Representantes da Sociedade Civil:

a)- um representante do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS;

b)- um representante do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos – CMDI;

c)- um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA;

d)- um representante da Federação das Entidades-FEAI

e)- um representante do Conselho Municipal de Saúde -

f)- um representante do Serviço Social da Indústria – SESI;

g)- um representante de organizações sociais que atuam na área de segurança alimentar e nutricional;

h)- um representante das instituições de ensino superior;

i)- um representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

j)- um representante da área de Educação Física;

k)- um representante de Organizações ou Associações que atendem Doenças Crônicas não Transmissíveis-DCNT;

l)- um representante de Organizações ou Associações que atendem pessoas com deficiência;

Parágrafo único - Todos os membros do Conselho Municipal de SANS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos órgãos ou entidades que representam." (NR)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

“Art. 14- Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato por dois anos, permitindo-se uma única recondução.

§ 1º - A renovação dos membros do Conselho e seus respectivos suplentes, em cada mandato, para garantir a continuidade dos trabalhos, serão de 2/3 (dois terços), os quais serão indicados nos anos ímpares e, de 1/3 (um terço), que serão indicados em anos pares, e assim sucessivamente, da seguinte forma:

I)- 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho a serem indicados nos anos ímpares, serão os representantes dos órgãos indicados nas alíneas ‘a’, ‘c’, ‘d’ e ‘e’ do Inciso I, e alíneas ‘a’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’ do Inciso II do art. 13, desta lei;

II)- 1/3 (um terço) dos membros do Conselho a serem indicados em anos pares, serão os representantes dos órgãos indicados nas alíneas ‘b’ e ‘f’ do Inciso I, e alíneas ‘b’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, do Inciso II do art. 13, desta lei;

§2º. A nomeação e posse dos membros do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal através de Decreto.” (NR)

“Art. 18- A Conferência Municipal de SANS se realizará em conformidade com o Conselho Nacional de SANS.” (NR)

“Art. 19- Participarão da conferência os membros do Conselho Municipal de SANS, sociedade civil e demais interessados.” (NR)

Art. 2º – Fica acrescido ao art. 12, da Lei nº 5.780, de 05 de julho de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PMSANS), e dá outras providências, um parágrafo único, com seguinte redação:

“Art. 12 -

Parágrafo único- As ações do COMUSANS serão suportadas por dotações orçamentárias consignadas no



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

orçamento vigente da Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social." (AC)

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 15 de outubro de 2015, 185º de elevação à categoria de freguesia.

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO